

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.960 - RS (2019/0300539-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ANDREI ZENKNER SCHMIDT E OUTROS
ADVOGADOS : ANDREI ZENKNER SCHMIDT - RS051319
BRUNA ASPAR LIMA - RS064164
TAPIR TABAJARA CANTO DA ROCHA NETO - RS084515
GUILHERME BOARO - RS097795
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DJODEL MATEUS SPENGLER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de DJODEL MATEUS SPENGLER contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a ordem no julgamento do HC n. 0248605-22.2019.8.21.7000, assim ementado (e-STJ fls. 172 e ss.):

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE CAPITAIS. USURA. JULGAMENTO CONJUNTO DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS DE Nº 70082502741 E 70082766965. LEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

- *CABIMENTO. Crimes dolosos punidos com penas privativas de liberdade máximas que, somadas, superam a quatro anos (art. 313, inc. I, do CPP).*

- *PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP. O decreto de prisão cautelar está devidamente apoiado em valor protegido pela ordem constitucional em igualdade de relevância com o valor liberdade individual - a tutela da ordem pública. Fundamento que encontra amparo na jurisprudência do STF e do STJ quando apoiado em elementos concretos.*

- *PERICULUM LIBERTATIS. FUMUS DELICTI. Merece ênfase não só a gravidade ínsita às infrações imputadas (usura, lavagem de capitais e organização criminosa), mas também a que foi revelada pelos meios concretos de sua execução, considerando as severas circunstâncias fáticas descritas nos elementos indiciários e na cópia da peça acusatória que instruem o presente writ . Os indícios da participação do paciente nas referidas práticas delitivas vieram amparados em elementos de informação oriundos da investigação policial*

denominada “Operação Display”, deflagrada na região de Santa Maria/RS, visando dismantelar organização criminosa articulada para mascarar ganhos oriundos de infrações antecedentes (usura pecuniária ou real). A referida organização seria liderada pelo paciente Djodel, e tinha como principal *modus operandi* emprestar dinheiro, mediante cobrança de juros superiores à taxa permitida por lei, exigindo que as vítimas entregassem, como garantia das dívidas decorrentes de agiotagem, dinheiro, bens móveis e imóveis. Com o proveito destes crimes, artigos de luxo (automóveis, embarcações e imóveis) eram adquiridos e registrados em nome de “laranjas” (demais membros da organização) e empresas de fachada, que também utilizavam as suas contas bancárias para movimentação dos valores em espécie provenientes dos ilícitos, tudo com o objetivo de mascarar a sua real origem e fazer com que voltassem ao mercado de forma aparentemente lícita. Evidente a configuração do *fumus delicti* e *periculum libertatis*, o que conduz à conclusão de que a prisão preventiva foi corretamente decretada. E o *fumus comissi delicti* é extraído, com facilidade, dos robustos expedientes policiais colacionados ao writ, os quais deram conta de que na residência de Djodel foram apreendidas duplicatas, cheques e armas de fogo, e que o paciente, mesmo não possuindo fonte de renda legítima declarada, ostenta uma série de bens de elevado valor – imóveis, automóveis, lanchas, jet-ski -, todos registrados em nome de sua genitora (também denunciada por integrar a organização criminosa comandada pelo filho). Ademais, a denúncia já foi recebida, o que corrobora a materialidade e os indícios de autoria.

- **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA E MATERIALIDADE.** Conforme tranquilo entendimento jurisprudencial e doutrinário, a negativa de autoria e maior perquirição acerca da materialidade delitiva são alegações que não podem ser apreciadas em sede de habeas corpus, por requererem dilação probatória, medida processual incompatível com o rito sumaríssimo que caracteriza esta ação constitucional. O exame aprofundado do conjunto fático-probatório do processo é atribuição reservada ao juízo de cognição da ação penal, inviável na via estreita do writ, que não é instrumento hábil para tanto.

- **ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.** Eventuais condições pessoais favoráveis do agente não obstam a decretação da prisão preventiva, nem conferem ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória.

- **PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.**

Conforme pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial,

Superior Tribunal de Justiça

constatada a excepcional necessidade de resguardo de valores constitucionais de igual relevância à liberdade do paciente, justifica-se a flexibilização desse princípio.

- **MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS.** Os documentos colacionados ao writ não revelam a suficiência da imposição das medidas cautelares diversas previstas no artigo 319 do CPP.

- **EXCESSO DE PRAZO NO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.** Eventual descumprimento do prazo legal enquadra-se como mera irregularidade. Com efeito, o prazo de 05 (cinco) dias previsto no artigo 46 do Código de Processo Penal não deve ser analisado isolada e abstratamente, evidenciando-se necessária sua ponderação, no caso concreto, sob o princípio da razoabilidade. E considerando que, na hipótese, a peça acusatória já foi oferecida pelo órgão ministerial e recebida pelo juízo da origem em 16.09.2019, o argumento resta evidentemente superado.

- **ALEGAÇÃO DE INVIABILIDADE DE DENÚNCIAÇÃO POR SONEGAÇÃO FISCAL SEM PRÉVIO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.**

Tendo em vista que o paciente restou denunciado tão somente pela suposta prática dos crimes de usura, lavagem de dinheiro e organização criminosa, prejudicada está a alegação acerca da impossibilidade de sua denúncia por sonegação fiscal sem o prévio exaurimento da via administrativa.

- **NULIDADE DA PROVA OBTIDA PELA AUTORIDADE POLICIAL. NÃO OCORRÊNCIA.**

Descabido o pedido de decretação de nulidade da prova indiciária angariada pela autoridade policial, oriunda dos relatórios do COAF, sob o argumento de que estes teriam sido obtidos em data anterior à autorização judicial de quebra do sigilo fiscal do paciente. A autoridade dita coatora, ao prestar informações, foi expressa ao referir que, diferentemente do alegado pelo impetrante, os relatórios de inteligência financeira (RIFs), obtidos junto ao COAF, tiveram a sua juntada e utilização autorizada judicialmente, ao efeito de instruir o inquérito policial, em 13/06/2019, isto é, no início da investigação denominada “Operação Display”.

- **PEDIDO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.**

INVIABILIDADE. Ausente prova pré-constituída de que a hipótese telada se enquadre rigorosamente entre aquelas abarcadas pela decisão do Excelentíssimo Ministro Dias Toffoli no Recurso Extraordinário n.º 1.055.941/SP, inviável acolher-se o pedido de trancamento da ação penal em curso.

Ordens denegadas.

Superior Tribunal de Justiça

O paciente teve a sua prisão preventiva decretada em 9/8/2019 e foi denunciado pela suposta prática dos crimes nos artigos 4º, "a", da Lei n. 1.521/51 (usura); artigo 1º, § 4º da Lei n. 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e no artigo 2º, § 3º da Lei n. 12.850/2013 (organização criminosa) - "Operação Displey" (denúncia às e-STJ fls. 190/205).

Inconformada com o decreto prisional, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário cuja ordem, como antes relatado, foi denegada (e-STJ fls. 172/188). Esta é a decisão impetrada.

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/14), a defesa sustenta a atipicidade dos delitos e afirma que são frágeis as provas acerca da materialidade dos crimes, especialmente porque o valor supostamente vinculado à prática da usura - R\$ 160.000,00 - não tem o condão de respaldar a prática dos outros crimes. Aduz ser ilegítima a afirmação de "a infração penal antecedente da lavagem seria a associação criminosa" (e-STJ fl. 9).

Suscita a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do paciente, por fundamentação inidônea e ausência dos requisitos legais autorizadores da medida extrema, especialmente da indicação do que consistiria o *periculum libertatis*. Ressalta que a referência à boa situação econômica do paciente também não é capaz de justificar a sua prisão preventiva, inclusive porque todos os seus bens, móveis e imóveis, já foram bloqueados/apreendidos.

Pondera ser adequado e proporcional a imposição de medidas cautelares alternativas.

A defesa pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva imposta ao paciente ou, subsidiariamente, pela imposição de medidas cautelares, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal. Manifesta, ainda, interesse em sustentar oralmente as suas teses.

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ao decretar a prisão preventiva do paciente, em decisão de mais de 20 (vinte) laudas (e-STJ fls. 107/130), o Juízo processante individualizou as condutas e o *modus operandi* dos delitos. Destaca-se, no que interessa (e-STJ fls. 107 e ss):

[...]

Conforme informações angariadas pela Autoridade Policial no deslinde da investigação, inclusive devido às medidas implementadas e autorizadas por este Juízo, apurou-se que Djodel Mateus Spengler pratica usura (agiotagem), ostentando bens de alto valor patrimonial, dos quais faz uso, sem contudo, registrá-los em seu nome, ocultando a propriedade, mantendo-os em nome de empresas de fachada ou de pessoas de sua confiança, tais como amigos e familiares ("laranjas").

Nesse sentido, Djodel apresenta registros policiais pelos crimes de receptação, estelionato e usura, havendo fortes indícios de que maior parte de seu patrimônio advinha de recursos oriundos de infrações penais, incluindo as anteriormente descritas.

Com efeito, a Autoridade Policial relatou que se trata de uma organização criminosa, liderada por Djodel, que possui o fito de arrecadar quantias significativas em dinheiro, de maneira ilícita, maquiando-as, com o auxílio dos demais envolvidos no esquema criminoso, causando confusão patrimonial e transformando o montante em bens móveis e imóveis, os quais retornam ao mercado de forma aparentemente lícita.

O modus operandi de Djodel consiste, em suma, em emprestar dinheiro embutindo juros abusivos, envolvendo posteriores ameaças, chantagem, agressões físicas e verbais, bem como em adquirir dívidas de empresas, antecipando "recebíveis" e trocando cheques por dinheiro, também com cobrança de juros altos.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Nesse juízo perfunctório, parece que prisão preventiva é necessária para evitar reiteração delitiva: o Juízo processante consignou que paciente possui passagens criminais pela prática de receptação, estelionato e usura.

A custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes: HC n. 121.991/, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/10/2014; HC n. 95.024/SP, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 14/10/2008; HC n. 111.009/PA, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 18/12/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-207 DIVULG 17/10/2013 PUBLIC 18/10/2013). [...] (STF, HC n. 124.911/SP AgR, Relator Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 10/2/2015, Processo eletrônico DJe-041, divulg. 3/3/2015, public. 4/3/2015).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das informações a serem prestadas pela instância originária, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio (i) das principais decisões proferidas; (ii) da certidão de antecedentes/passagens criminais do paciente; e (iii) da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a

Superior Tribunal de Justiça

restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

